

EXUMAÇÃO DA HISTÓRIA: A TRADIÇÃO ORAL EM PESQUISAS COM RELATOS DE EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA

Antonio Filogênio de Paula Junior¹
Cesar Romero Amaral Vieira²
Márcia Cristina Américo³
Viviane Marinho Luiz⁴

Introdução

A origem de Ivaporunduva e das comunidades quilombolas irmãs está marcada pela chegada dos primeiros africanos escravizados trazidos pelos colonizadores europeus mais antigos dessa região, no início do século XVII, para a exploração do ouro e de outros metais preciosos (Barboza, 1992: 63). Ivaporunduva está localizada na região do Vale do Ribeira, na parte que se situa no estado de São Paulo, no município de Eldorado, e é habitada por 116 famílias, aproximadamente 347 pessoas, das quais 53 são crianças abaixo de 10 anos de idade. É a primeira e mais antiga comunidade quilombola do Vale do Ribeira e dá origem a outras comunidades da região⁵.

Desde a formação da população negra no Brasil, o quilombamento está envolto em um processo histórico e dialético. Viver nesses territórios significa estar em constante conflito quer seja pela defesa do direito à liberdade e à dignidade humana, ainda no sistema escravista; pela luta permanente contra o poder dos fazendeiros, pelo direito à produção dos meios de subsistência e preservação de suas culturas e tradições; bem como por direito à posse de terra – frente ao poder público – e contra os grandes empreendimentos corporativos que desestabilizam as condições de trabalho e renda. O conceito de quilombamento remete à luta histórica pelo direito não somente à sobrevivência, mas o de existir em plenitude. Trata-se da defesa pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas. Para a antropóloga Barbara Souza, “Esse existir tem um movimento fortemente voltado para a coletividade, para os laços que unem os quilombolas entre si e que, num momento mais amplo recente, une as comunidades de distintas regiões”. (Souza, 2008: 177).

¹ Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil.

² Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil.

³ Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil.

⁴ Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil.

⁵ A Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras – Vale do Ribeira (EAACONE) contabiliza 57 comunidades na região do Vale do Ribeira – algumas em fase de reconhecimento (Américo, 2015: 38).

Na década de 1990, as famílias quilombolas de Ivaporunduva vivenciaram os conflitos jurídicos e políticos pela defesa e posse da terra ocupada por eles ao longo das gerações. Apoiadas na Constituição Federal de 1988⁶, que reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, as famílias de Ivaporunduva tiveram que “provar” que seus antepassados são originários dos povos africanos trazidos para o Vale do Ribeira na condição de pessoas escravizadas para o trabalho forçado na extração do ouro a partir do século XVII.

Guilherme Barboza (1992), para compor os dados de Relatório Técnico Científico⁷, uma das exigências jurídicas para a legalização da terra das famílias de Ivaporunduva, utilizou como núcleo de sua investigação o testemunho oral, recuperando e recriando, por intermédio da memória do grupo, elos de uma corrente de pensamento que liga entre si as famílias, a terra, os antepassados, o modo de viver e de se organizar social e culturalmente durante o período colonial e pós-abolição.

Pelo nome de tradição, tradição oral ou simplesmente oralidade temos um conjunto de saberes que são transmitidos de modo geracional, mas que se atualizam no diálogo com o tempo presente. Para o filósofo e historiador malinês Amadou Hampaté Bâ (2010)⁸, a tradição oral revela um modo de ser próprio, tido por pesquisadores africanos como uma essência que estabelece uma unidade entre os povos africanos e seus descendentes. Esses povos trazem essa marca cultural que se configura como uma identidade. A tradição oral é pautada pela memória, uma memória que se faz coletiva em diálogo com a própria forma de ser da cultura africana e afro-brasileira. De acordo com o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga (2009), a perspectiva sociológica de Maurice Halbwachs sobre a memória é a que mais nos ajuda a entender a trama das identidades individual e coletiva dos grupos sociais, pois, para esse sociólogo, a memória individual é sempre condicionada por um grupo de referência e pelo seu entorno social envolvente.

⁶ Cf. art. 215 e 216 e artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

⁷ “Relatório de estudo e definição técnico-científico das organizações comunitárias remanescentes de quilombos, no Vale do Ribeira, São Paulo” (Barboza, 1992/1993).

⁸ Amadou Hampaté Bâ (1900-1991) foi escritor, filósofo, historiador e etnólogo nascido no oeste da África, em Bandiagara, no Mali. Formado na escola corânica e na Universidade de Sorbonne, na França. Ocupou cargos na Unesco com trabalhos voltados à preservação das culturas orais africanas, tema ao qual dedicou meio século de pesquisa. É referência no meio intelectual, sobretudo entre os pesquisadores sobre a África (ver Paula Junior, 2014).

O diálogo com as contribuições produzidas por Hampaté Bâ (2003) tem como aporte teórico e metodológico a circularidade das narrativas tirando do centro a historiografia oficial e ocidental para dar vazão aos conhecimentos produzidos pela humanidade, não apenas a sua porção ocidental, mas a humanidade em seu sentido pleno, geograficamente falando.

Ao considerar a história impreterivelmente restrita e subordinada à escrita, boa parte dos historiadores profissionais secundarizam as sociedades sem registros reduzindo-as à condição de a-históricas, e, assim, acabam por negar às culturas de matrizes orais o lugar da cognição e da civilização, destituindo e desqualificando a natureza epistêmica desses registros. “Céticos” questionam a inadequação de uma história feita sem os recursos dos documentos e dos textos oficiais (Prins, 1992).

Ao falar sobre o exclusivismo das fontes escritas, Fonseca destaca que:

Uma das formas de linguagem que se apresenta hegemonicamente entre nós é a palavra em sua forma escrita ou falada. Damos maior peso atualmente à palavra escrita do que à falada, isto não deixa de ser um movimento de legitimação dos registros manuscritos que se transformaram em papéis carregados de “verdade”. Esta forma de linguagem resguarda e fortalece os segmentos sociais letrados e dominantes na medida em que os tornam difusores da “verdade histórica e científica”. A palavra escrita é tornada domínio de grupos, portanto, veículo de poder. (1998: 136)

A história ocidental sobrepôs a forma escrita à oralidade, além de restringir a memória a uma lógica que não lhe é condizente, pois não é possível categorizar as fontes orais pelos mesmos parâmetros das fontes escritas. Muito menos, tratá-las como simples substitutas das fontes oficiais quando o recurso a estas não é possível, mas assumi-las num processo de correção mútua de perspectivas, resguardando a autonomia de cada uma das fontes utilizadas (cf. Vansina, 2010). Partindo do conceito de tradição oral “como um testemunho transmitido de uma geração para a outra” definido por este autor (2010: 140), é possível entender que é por meio da palavra carregada pelos mais velhos que o discurso mítico e histórico é produzido e transmitido às novas gerações, e que o contato com essas narrativas possibilita a compreensão das reivindicações que se inscrevem no presente do grupo social, numa atitude de constante atualização das tradições.

Pretende-se neste trabalho estabelecer possíveis ressonâncias desses conceitos na esfera da pesquisa em Educação. Apresentaremos aqui, para efeito de análise, alguns

recortes de duas pesquisas⁹ de campo realizadas junto a comunidades tradicionais do Vale do Ribeira¹⁰. A essas duas pesquisas juntam-se as contribuições de Antonio Filogenio de Paula Junior sobre educação e oralidade a partir de uma análise realizada sobre os fundamentos da transmissão oral dos saberes nas sociedades do oeste africano¹¹. A grande questão em torno desse desafio encontra-se em compreender os mecanismos de inserção da escola junto à comunidade quilombola, levando-se em conta os saberes existentes, oriundos de tradições seculares e que identificam as pessoas com seu local.

Projeto político-educacional comunitário no Quilombo Ivaporunduva

O processo de formação política da comunidade quilombola Ivaporunduva ocorreu a partir da década de 1970, por influência de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Duas irmãs, Maria Sueli Berlanga e Ângela Biagioni, membros da Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor – Pastorinhas, chegaram à região do Vale do Ribeira com o objetivo de dedicar-se exclusivamente aos trabalhos de uma pastoral social.

Atentas aos anúncios e denúncias das famílias sobre os conflitos de terra que se davam por meio de ameaças feitas pelos fazendeiros e por pessoas qualificadas como grileiros, as Irmãs Pastorinhas viram os embates se intensificarem principalmente em relação às comunidades negras rurais que estavam localizadas próximas ao Rio Ribeira de Iguape. A principal ameaça era a de expropriação de suas terras pelo projeto de construção de quatro barragens hidrelétricas em Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca, no Vale do Ribeira, proposto pelo Grupo Votorantim (Companhia Brasileira de Alumínio) (Barboza, 1992).

Entre as décadas de 1980 e 1990, como estratégia de fortalecimento e intervenção política e social, as famílias e lideranças quilombolas foram se inserindo em

⁹ Nas duas pesquisas foram utilizados os nomes reais dos sujeitos porque as pesquisadoras obtiveram autorização para divulgação das narrativas por parte dos próprios depoentes e da coordenação da Associação Quilombo Ivaporunduva. No caso das crianças, houve o consentimento de seus pais (mãe e pai) e avós (vô e vó).

¹⁰ Os dados narrativos coletados e apresentados no texto são elementos constitutivos de estudos mais amplos sobre os modos de sociabilidade das famílias quilombolas de Ivaporunduva realizados por Márcia Cristina Américo (2010, 2015) e Viviane Marinho Luiz (2012) durante as pesquisas de mestrado e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Anna Maria L. Padilha.

¹¹ A dissertação de mestrado de Paula Júnior, “Educação e oralidade no Oeste africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ”, foi defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, sob a orientação do Prof. Dr. Cesar Romero A. Vieira.

várias frentes de trabalho dos movimentos sociais. As comunidades participaram da efervescência política protagonizada pela Via Campesina Brasil¹², principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que tinham como base a matriz marxista e as concepções metodológicas freireanas difundidas pela prática da educação popular (Cf. Perruso, 2011).

Em meados de 1986, as lideranças quilombolas de Ivaporunduva (Benedito Alves e José Rodrigues) passaram a compor o Movimento Negro, em São Paulo. Os participantes discutiram uma série de proposições que mais tarde foram aprovadas e inscritas na Constituição Federal de 1988, assegurando o reconhecimento público da população quilombola enquanto sujeitos de direitos¹³. Benedito Alves conta-nos que “[...] *Em São Paulo já tinha grupo de consciência negra que já trabalhava, e, aí, a igreja católica conduziu algumas pessoas daqui pra acompanhar esse grupo pra compreender o porquê a situação estava desse nível, e a gente não podia sair dessa situação*” [16 de janeiro de 2010] (Américo, 2013: 92).

Desde 1990, as comunidades se organizaram contra as desapropriações de suas terras e a aprovação do projeto da construção das barragens das hidrelétricas visando à produção de energia para gerar riqueza às indústrias, e várias manifestações ocorreram em diferentes lugares públicos e privados¹⁴.

Um dos legados das lideranças quilombolas tem sido a formação educacional político-comunitária das famílias quilombolas. José Rodrigues explica que:

[...] a luta do nosso povo é uma luta em todos os sentidos: luta por educação, luta por saúde, luta por moradia, luta por terra, né? Então, dentro dessas luta, nós, mais velhos, vamos trabalhando e os mais jovens vão continuando, então eles vão aprendendo a questão política [20 de agosto de 2008] (Américo, 2013: 37).

Observa-se que a formação de lideranças se dá em um processo contínuo e duradouro, na interação com as atividades sociais e políticas internas e externas à

¹² Movimento internacional autônomo que reúne cerca de 164 organizações locais e nacionais em 73 países da América, África, Ásia e Europa.

¹³ Artigos 215, 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

¹⁴ Algumas das manifestações ocorreram no Ministério Público de São Paulo (27 de julho de 2007); no Ginásio Poli Esportivo Municipal Félix Balois Pupo – Eldorado (SP) (09 de julho de 2007); na Rodovia Régis Bittencourt-BR-116 (18 de agosto de 2009). Em 12 de março de 2008, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e os movimentos sociais organizados (aproximadamente 700 pessoas) ocuparam os prédios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão do governo, ato fundamental para dar visibilidade à intervenção, pois esse órgão é responsável pela aprovação do projeto das hidrelétricas.

comunidade, junto com os movimentos sociais¹⁵ que instituem e reivindicam políticas públicas pela defesa do território e desenvolvimento local. As crianças, adolescentes e jovens de Ivaporunduva participam ativamente desse processo de formação educacional político-comunitária.

Ao entrevistar as crianças de Ivaporunduva e perguntar-lhes sobre suas formas de vida, Luiz (2013) observa que é possível apreender que elas trazem em seus discursos as marcas de sua historicidade e de sua etnicidade, do sentimento de pertença em suas relações com a comunidade e com o território e dos modos de viver quilombola; e percebe que as relações sociais e o aprendizado das crianças quilombolas dentro do quilombo se dão em todos os espaços.

Viviane Marinho Luiz (2012) busca, em sua pesquisa de mestrado, compreender, a partir dos enunciados das crianças quilombolas, como elas significam sua história e a história de seu povo; e como são significados seus conhecimentos pelos narradores adultos da comunidade. A metodologia utilizada foi o acompanhamento do cotidiano dessas crianças em comunidade, estabelecendo relações entre seus enunciados e o processo educativo desenvolvido por seus membros adultos. As crianças conhecem fatos da história do Quilombo Ivaporunduva, sentem-se membros da comunidade, falam do que ouvem de seus membros adultos, apropriam-se da tradição oral. Seus conhecimentos são menos escolarizados e mais constituídos nas relações com os mais velhos. No Quilombo, a memória coletiva se fundamenta na tradição oral, que se perpetua nas interações intra e entre famílias e comunidades quilombolas irmãs.

Para os antropólogos e historiadores africanos Habte, Wagaw e Ajayi,

A educação é o mecanismo através do qual uma sociedade produz conhecimentos necessários à sua sobrevivência e à sua subsistência, transmitindo-os de uma geração à outra, essencialmente pela instrução dos jovens. Esta educação pode ter lugar, de maneira não institucionalizada, em casa, no trabalho ou em área de entretenimento. (2010: 817).

Alguns trechos das entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa de Luiz apresentam denúncias no que se refere aos direitos sociais negados relacionados ao

¹⁵ Os quilombolas compõem e participam da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento Negro, entre outros.

território, à luta contra as barragens, à educação escolar, dentre outras reivindicações. Vejamos o que nos diz Érik¹⁶.

Pesquisadora: Quem é Maria Joana?

Érik: Maria Joana é uma mulher que fica bateno nos negro, surrano eles.

Pesquisadora: Por que ela fazia isso?

Érik: Porque ela num gosta dos negro. Ela mandava eles trabaiá pra ela.

Pesquisadora: É? O que eles tinham que fazer de serviço, de trabalho?

Érik: Pegá oro préla.

Pesquisadora: Pegar ouro? E o que aconteceu com o ouro que pegaram?

Érik: U... U oro eles num conseguio achá... Não! Achá, achô mai só que eles num dava, num gostava de dá o oro pra Maria Joana. (Luiz, 2013: 63)

Quando responde – no tempo presente, uma pergunta no tempo passado sobre a Maria Joana¹⁷ –, Érik revela os enunciados com os quais dialoga, explicitando nessa forma de resposta sua percepção das tensões inter-raciais existentes. Em sua memória individual, “*Maria Joana é uma mulher que fica bateno nos negro, surrano eles*”, “*Porque ela num gosta dos negro*”. Mas é também uma memória coletiva que é constantemente atualizada e fortalecida pela memória de um grupo de referência do qual Érik faz parte. Em uma síntese aproximativa com o pensamento de Maurice Halbwachs: “A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso.” (Schmidt; Mahfoud, 1993: 288).

Esse pequeno morador compreende que a história do quilombo está estreitamente relacionada com a escravização e mineração. Fala especificamente do Quilombo Ivaporunduva e traz o passado, da origem do quilombo, sem deixar de demonstrar conhecimentos sobre o que vive seu povo no momento presente: os desafios enfrentados pela comunidade na preservação do território, como demonstra no trecho a seguir:

Pesquisadora: *E o que você sabe sobre barragem, Erik? Você é favor ou você é contra?*

Érik: *É contra!*

Pesquisadora: *Por quê?*

Érik: *Porque barrage destrói tudo a nossa casa, leva tudo a nossa cumida, nosso alimento, leva as coisa da gente.*

Pesquisadora: *E o que é barragem?*

¹⁶ Na época da entrevista, Érik tinha nove anos de idade.

¹⁷ Ivaporunduva tem sua origem no século XVII, pela ocupação de mineradores e, segundo documentos da igreja – Livro Tombo da paróquia de Xiririca (Xiririca equivale ao atual município de Eldorado) –, tem sua origem atrelada à chegada tanto dos dois irmãos mineradores – Domingos Rodrigues Cunha e Antonio Rodrigues Cunha – e de um grupo de 10 negros escravizados, comprados de Antônio Soares de Azevedo, quanto da mineira Joanna Maria, nesse mesmo período. Embora no livro Tombo da paróquia de Xiririca seu nome conste como Joanna Maria, nos relatos orais, os moradores se referem a ela como Joanna Maria ou mais comumente como Maria Joana.

Érik: *Barrage é um negócio qui, de lá... Antonumílio*¹⁸ [ele ri] *ele, ninguém gosta que ele sórti a barrage se não vai distruí tuda nossa casa.*

Pesquisadora: *E ele sabe disso?*

Érik: *Sabe.*

Pesquisadora: *E ele quer mesmo assim fazer a barragem?*

Érik: *Ele, ele qué sortá a barrage mai ninguém... tudo mundo tá lutano que ele num sórte.*

Pesquisadora: *Quem que está lutando?*

Érik: *Ué....! Tudo nói da comunidade aqui!*

Da entrevista com Valdir¹⁹, destacamos o trecho em que o pequeno anuncia a luta de seu povo pelo território contra a construção das barragens. Vejamos o que ele nos diz:

Pesquisadora: *Valdir, o presidente Lula*²⁰ *vai vir aqui no Quilombo, você sabia disso?*

Valdir: *Sabia.*

Pesquisadora: *Se você pudesse falar alguma coisa para ele aqui do Quilombo, o que você falaria para ele, se tivesse que falar alguma coisa, desse um recado para ele?*

Valdir: *Eu falaria prele também lutar pela barragem. Prele arrumá, o que eu falei também pra você já hoje.*

Pesquisadora: *Para ele arrumar...*

Valdir: *Arrumar a escola, o postinho.*

Pesquisadora: *Para ele arrumar a escola? Você falaria isso para ele?*

Valdir: *Falaria.*

Luiz provoca em Valdir lembranças a respeito de coisas que já haviam sido conversadas em momentos anteriores, como, por exemplo, quando é instigado a falar das mudanças que ele sugeriu para o posto de saúde e para a escola da comunidade. Segundo Bosi, “o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam” (Bosi, 1994: 55).

E sobre a entrevista com a pequena Fernanda, que na ocasião da pesquisa tinha seis anos de idade, optamos por destacar alguns trechos que sinalizam a importância da tradição oral nesse processo de formação e preparação dos pequenos para o projeto político-educacional comunitário existente no Quilombo Ivaporunduva. Suas palavras revelam suas memórias e peculiaridades de vida.

¹⁸ Refere-se ao empresário Antônio Ermírio de Moraes. Aqui não é o caso de personificar no empresário Antônio Ermírio de Moraes (Falecido aos 86 anos em 24/08/2014) “o inimigo” dos quilombolas do vale do Ribeira, mas de trazer a luta desse grupo social contra a expropriação de suas terras.

¹⁹ Na época da entrevista, Valdir tinha nove anos de idade.

²⁰ As datas 16 de julho, 23 de agosto e 22 de novembro de 2010 foram previstas para a visita do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, para a inauguração da ponte sobre o rio Ribeira de Iguape. A ponte dá acesso aos quilombos Ivaporunduva, Galvão e São Pedro, porém a inauguração foi adiada por motivos de mau tempo. A ponte passou a ser utilizada pelos quilombolas a partir de agosto sem a inauguração prevista, remarcada por três vezes.

Nascida em 2004, Fernanda fala sobre a enchente de 1997 sem tê-la vivenciado. “A enchente foi lá no fundo de casa lá [...] sortaro a barrage”. Os relatos sobre essa enchente são recorrentes nas conversas entre os moradores de Ivaporunduva.

Cabe aqui ressaltar a relevância da repetição como aspecto constitutivo da tradição oral. Nesse sentido, é pertinente a ponderação de Hampaté Bâ ao explicitar que:

Quando se reconstitui um acontecimento, o filme gravado desenrola-se do começo ao fim, por inteiro. [...] O relato se faz em sua totalidade, ou não se faz. Nunca nos cansamos de ouvir mais uma vez, e mais outra a mesma história! Para nós, a repetição não é um defeito. (Hampaté Bâ, 2003: 14)

A narrativa de Fernanda e dos outros depoentes mirins de Ivaporunduva apresenta o conteúdo da tradição, bem como a interligação das singularidades e subjetividades, aproximando a experiência própria com a do seu grupo social no entrelaçamento das vozes, sem, contudo, deixar de ser também uma experiência do sujeito que a profere.

Para Hampaté Bâ (2010: 166), as histórias africanas estão ligadas à tradição oral, que está fundamentalmente atrelada à experiência e às ações do cotidiano do homem e da sua comunidade. Ela não é abstrata e nem isolada da vida, envolve o homem em visão e presença particulares no mundo, que é concebido como um todo no qual cada um se religa e interage (Hampaté Bâ, 2010: 169).

Sobre a barragem Fernanda diz:

Pesquisadora: *Você acha que a barragem é coisa boa?*
 Fernanda: *Não é bom.*
 Pesquisadora: *Por que não é bom?*
 Fernanda: *Por causa que afunda tudo a casa dos outro.*
 Sobre a Associação Quilombo de Ivaporunduva:
 Pesquisadora: *Aqui no quilombo tem presidente da Associação?*
 Fernanda: *Tem, Maria da Guia.*
 Pesquisadora: *O que o presidente da Associação faz?*
 Fernanda: *Eles... eles trabalham co turismo.*
 Pesquisadora: *Se você fosse presidente da Associação, Fê, o que você iria fazer aqui pelo quilombo?*
 Fernanda: *Eu ia trabaiaá com os turista [que é uma das atividades desenvolvidas pelo seu avô, Ditão].*
 Sobre a origem do Quilombo:
 Pesquisadora: *Fernanda, fala para mim, quem chegou aqui no quilombo primeiro?*
 Fernanda: *Os escravo.*
 Pesquisadora: *E quem trouxe eles? Eles vieram sozinhos?*
 Fernanda: *Eles vieram sozinhos.*
 Pesquisadora: *Você sabe alguma coisa da Maria Joana?*

Fernanda: *A Maria Joana mandava os escravo i... é... ele... ela... a Maria Joana, ela, ela metia o chicote nos escravo pra os escravo i achá oro pra ela aí o escravo não queria dá o oru pra Maria Joana.*²¹

Pesquisadora: *E o que eles fizeram com o ouro?*

Fernanda: *Eles esconderam pra eles e falaram pra Maria Joana que não acharam.*

Sobre a condição de moradora do quilombo:

Pesquisadora: *Você gosta de morar no quilombo?*

Fernanda: *Gosto.*

Pesquisadora: *Por que você gosta?*

Fernanda: *Porque é bom, a gente se diverte muito. Brinca. Tem família.*

Sobre a distinção entre quilombo e cidade:

Pesquisadora: *O que é diferente aqui no quilombo?*

Fernanda: *Nada.*

Daniele: *Não, Fernanda!*²²

Pesquisadora: *É tudo igual?*

Fernanda: *Não.*

Daniele: *Na cidade tem praia aqui não.*

Fernanda: *Na... na outra cidade tem praia.*²³ (Luiz, 2013: 74-76)

A trajetória da comunidade é contada pelas crianças tal como aprendida com os mais velhos, revelando uma história viva que continua a fazer sentido e significado na vida delas. Quando visitantes chegam à comunidade, eles sempre são recepcionados por um líder que conta a origem de Ivaporunduva desde o processo de mineração, quando Maria Joana, proprietária de escravos, chegou trazendo-os para o trabalho na extração do ouro.

Fernanda e as outras crianças entrevistadas falam com desenvoltura sobre Maria Joana. Observemos que associam a origem do Quilombo ao processo de escravização da população negra, à extração do ouro por mineradores(as) que chegaram para explorar esse território, rico em ouro de aluvião. No caso de Ivaporunduva está documentado no livro tomo da paróquia de Xiririca (denominação antiga do município de Eldorado) a presença de Maria Joana, como alguém que explorou a força de trabalho de pessoas escravizadas. Fernanda sabe disso: “*A Maria Joana mandava os escravo i... é... ele... ela... a Maria Joana, ela, ela metia o chicote nos escravo pra os escravo i achá oro pra ela aí o escravo não queria dá o oru pra Maria Joana. Eles esconderam pra eles e falaram pra Maria Joana que não acharam*”. Os líderes que contam a história que as

²¹ Fernanda e outras crianças da comunidade relataram à pesquisadora que o ouro achado foi enterrado e/ou escondido na igreja.

²² Daniele adverte sua sobrinha Fernanda sobre a diferença existente entre quilombo e cidade.

²³ Tanto Fernanda como sua tia Daniele já passaram temporadas visitando parentes na cidade praiana de Santos (SP).

crianças ouvem falar de Maria Joana e de outros que exploraram a força de trabalho de antigos habitantes da região, e que por esse motivo povoam a memória do grupo.

O turismo e a barragem são temas recorrentes nas conversas. Todavia, não se trata de turismo como entendido na maioria das cidades (agências, passeios, excursões etc.). O que é explicado aos que lá chegam (e, portanto, ouvido constantemente pelas crianças) é que se trata de turismo *étnico e de base comunitária*, porque fala da história desse povo negro quilombola.

As crianças já nasceram nos ombros da luta contra as barragens – há 20 anos contra a CBA, uma das empresas do grupo Votorantim, do empresário Antônio Ermírio de Moraes. Seus familiares, e já muitas delas, têm certeza de que a construção de barragens causa a morte de grupos de pessoas ou até populações inteiras de uma região. Com seis anos de idade, Fernanda foi capaz de alertar para o perigo da destruição caso as barragens sejam construídas: “*Não é bom. Por causa que afunda tudo a casa dos outro*”. As crianças, na convivência com os mais velhos, apropriam-se dos conhecimentos transmitidos e os resignificam dando continuidade ao processo histórico de luta e resistência dos quilombolas de Ivaporunduva.

A tradição oral se desenvolve por meio da escuta das narrativas em todos os espaços – são espaços abertos, que não estão cercados por muros, definidos por Hampaté Bâ (2003) como escola da palavra, uma escola da tradição oral: quem nasce e cresce neles está em contato diariamente com os contadores de histórias da tradição afro-brasileira. Narrativas da infância negra e de sua historicidade são fundamentais para que não venhamos a negar às novas gerações a compreensão das contribuições do seu povo na produção cultural, artística e econômica do nosso país.

De acordo com Hampaté Bâ (2003), a realidade vivida e expressa no cotidiano revela saberes que, mediados pela palavra, concebem o arcabouço principal para o conhecimento na tradição. A perspectiva da tradição oral em seu modo de observar o mundo e as pessoas fornece as condições para pensar a existência como um fenômeno compartilhado, integrado e dialógico, em que o ser humano é educado para a vida, para um sentido de vida no qual o outro é importante, pois o indivíduo se constitui a partir do outro. Para Joseph Ki Zerbo (2009: 156), “é por isso que é preciso favorecer as redes de grupos que criem um projeto para – o homem novo – no séc. XXI. Um homem aberto à alteridade que, sobre uma base econômica e social mínima, esteja aberto às relações, às ligações humanas, a uma ética universal e aos valores”. Quando tais aspectos são

refletidos a partir do que seja a tradição oral africana ou afro-brasileira, percebe-se o quanto essa forma de olhar o mundo pode contribuir na formação desse novo homem idealizado por Ki Zerbo.

Américo (2015: 188) aponta que o Quilombo Ivaporunduva e as comunidades irmãs, há pouco menos de 40 anos, caracterizavam-se como comunidades ágrafas. Ainda nos dias de hoje – apesar de virem aumentando o interesse e a necessidade, principalmente pelos mais jovens, do uso de tecnologia digital para comunicação – a fala ainda é o meio de comunicação predominante. Os recados caminham junto com essas pessoas até chegarem ao seu destino; e, no boca-a-boca e de boca-a-orelha, as negociações ocorrem em momentos de conversa olho-no-olho. “A oralidade determina um modo de ser, de pensar, de agir, ou seja, todo um modo de educar e aprender está configurado no universo tradicional” (Paula Junior, 2014: 90). Daí a necessidade de reconhecer as contribuições desse modo de aprendizagem.

“A nossa escola veio debaixo de muita luta”²⁴

Márcia Cristina Américo, na continuidade de seus estudos de doutorado (2015), teve como proposta retomar a história a partir da vivência na comunidade de Ivaporunduva, destacando e apresentando de modo enfático o olhar e a escuta para as descrições das narrativas e experiências históricas de homens e mulheres quilombolas na integração propriamente dita da corrente histórica oficial. O processo de escolarização de seus membros foi a temática desencadeadora das narrativas. Foram consideradas as desvantagens e as desigualdades sociais acumuladas no processo histórico de marginalização, que tem sua origem no processo de escravização e colonização.

A história da formação das famílias está pautada na luta pela terra para manter a sobrevivência no território por meio do trabalho coletivo. As narrativas nos dão a dimensão das dificuldades enfrentadas para que os alunos – crianças e jovens – sejam, efetivamente, atendidos pela escola em suas necessidades educacionais, e apontam a escolarização como sendo indissociável da possibilidade de desenvolvimento humano em suas condições concretas de vida.

²⁴ Fragmento da conversa realizada com Ivonete Alves – liderança e professora quilombola de Ivaporunduva (Américo, 2015).

José Dagoberto Fonseca, em seu texto *Sujeitos e saberes da educação quilombola* (2009), a partir da elaboração teórica e conceitual sobre os saberes que constituem a educação existente nas comunidades quilombolas do Brasil, e partindo das especificidades das comunidades do estado de São Paulo, define as experiências e as questões constitutivas das comunidades como práticas educativas – não escolarizadas – que estiveram e estão presentes, realizadas diuturnamente pela população quilombola.

Fonseca ressalta que, ao nos relacionarmos com as comunidades quilombolas, aprendemos a sistematizar o conhecimento passado de geração a geração e a devolver o aprendizado produzido por eles ao longo do tempo. O contato com esses homens e mulheres contribui para nos recolocarmos junto deles pela resistência no processo de aquilombamento, por mudanças sociais e pelo desenvolvimento humano. Assim, a pesquisa não se desloca do movimento social e coletivo, instrumentaliza-nos para analisarmos a educação escolarizada na esfera oficial estatal e a educação produzida e realizada cotidianamente pela população quilombola (Fonseca, 2009: 122).

O processo de escolarização das famílias quilombolas de Ivaporunduva analisado na pesquisa de doutoramento de Américo (2015) foi reconstruído a partir das narrativas das diferentes gerações – bisavó, avós, mães e filhas. No final da década de 1920, surge a primeira escola na comunidade. A professora contratada pelo prefeito do município de Eldorado sabia ler e escrever, mas não tinha formação especializada na área da educação. Além de não pertencer ao grupo social do quilombo.

Até a década de 1960, a escolarização das crianças da comunidade se dava em salas multisseriadas²⁵ de primeira a terceira série, em condições precárias. As crianças iniciavam os estudos escolares com a idade de seis anos e concluíam aos 12 anos, equivalente a seis anos de estudos da primeira à terceira série, sendo dois anos em cada série. Para dar continuidade aos estudos na escola do centro urbano do município de Eldorado, os estudantes de Ivaporunduva eram matriculados na primeira série do Ensino Fundamental com 12 anos de idade.

Ursulina dos Santos Furquim, conhecida como Vó Celina, nascida em 1944 e criada na comunidade de Ivaporunduva, falou sobre o tempo em que frequentava a escola e disse que a escola de Ivaporunduva “*não tinha diploma - não davam*” (Américo, 2015: 233).

²⁵ O sistema de ensino multisseriado se caracteriza por turmas em séries diferenciadas de ensino, sendo atendidas por um único professor na mesma sala de aula.

Até 1968, o deslocamento da população de Ivaporunduva era realizado por meio de canoa²⁶, e a falta de estrada e de transporte ligando a comunidade ao centro urbano do município Eldorado foi apontada como uma barreira para a continuidade dos estudos. Além desses obstáculos com relação à distância da instituição escolar, havia a necessidade de os filhos contribuírem com a família no trabalho doméstico e na geração de renda, assim, os estudos eram seguidamente interrompidos.

Os direitos sociais, que deveriam ter uma abrangência a toda população, ficam restritos ao segmento privado da sociedade – a elite dominante. Aqui se encontra o efeito perverso da globalização. O racismo tem como algumas de suas consequências a defasagem educacional e o atraso da mobilização e da ascensão socioeconômica dessa população. A qualificação educacional escolarizada é considerada pelos quilombolas como fundamental para o combate às desigualdades socioeconômicas e como forma de aproveitar os canais de mobilidade ascendente individual e da comunidade.

Porém, o sistema educacional neoliberal tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapor-las. A mudança implica a participação dos movimentos sociais na política educacional brasileira ligada ao acesso e à qualidade da educação escolar (Osório, 2008).

A discussão sobre o acesso escolar e as reformas educacionais na educação escolar quilombola que têm mobilizado as comunidades quilombolas atualmente estão intimamente ligadas às reivindicações sobre a reparação histórica das desigualdades e desvantagens sociais e raciais acumuladas, que têm sua origem no processo de escravização e que estão presentes na memória da comunidade.

A partir de 1970, a escola e a população do Quilombo Ivaporunduva passaram a contar com professores formados para atuar na Pré-Escola e no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. Somente a partir de 1980, em consequência de reivindicações das 57 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, foram implantadas em todas as comunidades remanescentes de quilombos escolas de Educação Fundamental I (1ª a 4ª série).

Uma Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental (EMEIF) do Quilombo Ivaporunduva foi construída e fundada em novembro de 1982. Na EMEIF, presente na comunidade até os dias atuais, estão matriculados alunos da Educação

²⁶ A escola estava localizada no centro urbano do município de Eldorado, a 70 quilômetros de distância de Ivaporunduva.

Infantil²⁷ e das séries iniciais do Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série. As salas de aula são multisseriadas e seguem a mesma orientação curricular e o mesmo material didático que é distribuído nas demais escolas estaduais de São Paulo. Não existe atendimento da Educação Infantil para crianças de zero a três anos no quilombo ou nas localidades próximas a ele²⁸. Até 2005, ainda era possível dar continuidade aos estudos de 5ª a 8ª série e Ensino Médio na escola de Itapeúna, que fica a aproximadamente 40 quilômetros do quilombo.

As famílias quilombolas e as lideranças das comunidades irmãs se organizaram, fizeram um levantamento e quantificaram 350 estudantes nessas comunidades. Discutiram outras questões, como a péssima qualidade do transporte e merenda escolar e a discriminação que os alunos quilombolas sofriam por parte dos colegas de sala e de professores nas escolas de Itapeúna e Eldorado, o que contribuía para a desmotivação e evasão escolar dos alunos quilombolas. Em 2003, ocorreram várias reuniões entre as comunidades e encaminharam a solicitação ao Ministério da Educação (MEC) reivindicando a construção da escola no território quilombola para atendimento dessas comunidades.

Em 2005, foi inaugurada a Escola Estadual “Maria Antonia Chules Princesa”, localizada no Quilombo André Lopes – Eldorado (SP). Os alunos de Ivaporunduva deixam a escola de Itapeúna e passam a estudar nessa escola. É a primeira escola quilombola do estado de São Paulo e atende alunos dos quilombos André Lopes, Nhunguara, São Pedro, Ivaporunduva, Sapatú e Galvão, no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Em 04 de dezembro de 2012, ocorreu uma reunião com os jovens e lideranças dos quilombos André Lopes, Piririca, Ivaporunduva, Sapatú e São Pedro e representantes de organizações voltadas para as questões e reivindicações das comunidades quilombolas, que teve como pauta discutir e propor alguns cursos técnicos relevantes para a formação dos jovens e adolescentes quilombolas à diretoria da Escola Técnica “Centro Paula Souza” (Etec)²⁹. Após a reunião, foi elaborado e assinado um

²⁷ O antigo Pré – atual 1º ano do Ensino Fundamental (não se trata de Educação Infantil de zero a cinco anos de idade).

²⁸ As duas escolas de Educação Infantil do ensino público – de zero a três anos – estão localizadas na área central, bairro Batatal, Barra do Braço e Itapeúna, distantes das comunidades quilombolas, e não existe o transporte público que facilite o acesso das crianças (bebês) das comunidades.

²⁹ A unidade da Etec em Eldorado, desde sua inauguração, em 2013, até 2015, oferecia apenas o curso de Agroecologia, com duas salas.

documento pelas famílias das comunidades quilombolas e encaminhado à diretoria da Etec. Em 2013, foi inaugurada, também no Quilombo André Lopes, a Escola Técnica Estadual “Centro Paula Souza”.

O processo seletivo ocorreu no início de 2013 para a população do município de Eldorado (SP), com 40 vagas – as aulas iniciaram em agosto de 2013. Das 40 vagas, três alunos quilombolas foram aprovados no processo seletivo, mas nenhum deles de Ivaporunduva.

As lideranças quilombolas mais uma vez se organizaram para reivindicar as vagas para os filhos das 16 comunidades quilombolas - que constituem a Área de Preservação Ambiental de Eldorado e Iporanga. Foram abertas mais 40 vagas e os alunos quilombolas foram incluídos nas vagas remanescentes. Em 2013, a Etec tinha 79 alunos e 50% eram quilombolas. A proposta inicial de uma unidade em território quilombola era que 70% das vagas fossem ocupadas por alunos quilombolas.

Ivonete Alves Pupo – conhecida por Zica – nascida no Quilombo Ivaporunduva, tinha à época da entrevista 30 anos de idade. Iniciada e atuante como liderança feminina. Em 2012, Zica foi professora eventual na Escola Estadual “Maria Antonia Chules Princesa”. Desde 2013, é professora concursada da Escola Técnica “Centro Paula Souza” no Quilombo André Lopes. Ela explica que a mudança dos alunos para a escola dentro do território quilombola foi resultado de muitas articulações das famílias e lideranças locais. Ela conta que *“a nossa escola, para nós, assim, ela veio debaixo de muita luta. Precisou alguém ser picado por uma cobra indo 4h30 da manhã estudar em Itapeúna pra poder o governo se mobilizar com a pressão do povo quilombola pra construir essa escola”*.

Zica explica que a construção da escola (após as reivindicações de 2003) em território quilombola e o deslocamento para a escola *“nossa”* significou mudanças. Melhoras? Em certos aspectos, sim: os alunos estão no seu território entre *“irmãos de histórias, irmãos de realidade”*. Dessa forma, *“isso pra nós é positivo”*. A escola está num território de maioria negra de relações e construções históricas. Sobre essa questão de pertencimento, Cunha Junior faz a seguinte ponderação: *“[...] a terra é uma sede simbólica de maternidade da população. O território, a cultura e a identidade são produtos dessa terra, desta localidade em um determinado tempo histórico”* (2007: 71).

Porém, a distância do ensino escolar de qualidade é mais uma questão anunciada e denunciada por Zica a ser enfrentada pelas famílias quilombolas. Zica e outras professoras identificaram a defasagem educacional que os alunos quilombolas apresentam no processo de alfabetização no Ensino Fundamental I. Esse descompasso é percebido quando ocorre a mudança dos alunos que frequentam a escola do quilombo para o Ensino Fundamental II na Escola Estadual “Maria Antônia Chules Princesa”. Tal desigualdade pode ser analisada a partir de uma lente multifocal, ou seja, por vários focos e campos. Zica denuncia que:

A maioria dos alunos chega bastante defasado com esta tal de progressão continuada [...]. Infelizmente, tem um número com bastante defasagem na questão da escrita, da matemática. Como chega na 5ª série sem saber uma tabuada, e a gente vê muita criança na 5ª e 6ª série e às vezes no colegial sem saber a tabuada. Essas coisas dificultam quando você vai dar uma matéria. Você tem que voltar lá atrás para ensinar a base, se não eles ficam perdido. Essa educação que está posta não é pra todos, não é. Infelizmente, não é, fala-se que é para todos, mas não é [09 de janeiro 2013].

Ela ainda aponta que “*Todo o processo de ensino dele [das crianças quilombolas], até ensinar o Ensino Médio é sempre pela metade, nunca é completo*”. De acordo com o testemunho de Zica, as professoras reconhecem que: “[...] *Existe uma perda na qualidade de ensino das crianças nas salas multisseriadas*”.

Para Cardoso (2010: 2), “as escolas multisseriadas são, historicamente, consideradas como de segunda categoria e, o que é pior, sem alternativa de melhoria”. Surgem para atender tanto a população periférica quanto a rural. Mesmo com as políticas de substituição promulgadas desde a década de 1980, as escolas multisseriadas adentraram o século XXI predominantemente nas áreas rurais.

Zica, ao mesmo tempo em que questiona a qualidade de ensino das crianças quilombolas, quando diz: “*o que tem para eles aprenderem*”, também sugere uma avaliação da qualidade de ensino: “*o que de fato eles estão aprendendo*”. Anuncia a falta de recursos humanos (professores que não dão continuidade no ensino por serem eventuais). As vagas de docentes nas escolas em territórios quilombolas são as últimas a serem preenchidas e são atribuições, não escolhas.

Tânia Américo é pedagoga, está muito presente no Quilombo Ivaporunduva. Ela nos diz, já apontando sua percepção de algumas questões, que: “*nos quilombos não tem biblioteca, videoteca. Os livros que temos no Quilombo de Ivaporunduva foram doações de turistas*”. Nas salas de aula, são mantidos os livros doados e colocados à disposição dos alunos e professores sem qualquer organização de prioridades e/ou

necessidades para que os conhecimentos científicos e artísticos sejam divulgados e apropriados.

Se a tecnologia avança a passos largos e rápidos, no Quilombo não tem brinquedoteca nem videoteca, e o acesso à tecnologia de informação se restringe ao telecentro, uma sala com alguns computadores em funcionamento e acesso à internet, que pode ser acessada restritamente no núcleo central da comunidade (no balcão da Vila) por wi-fi, porém com quedas constantes de conexão.

Na tentativa de desvelar a política da marginalização dos quilombolas, as narradoras revelam as desigualdades sociais acumuladas no processo de produção de vida de sua comunidade, como podemos acompanhar na narrativa de Zica:

Como passar no vestibular uma criança que sempre aprendeu pela metade, sempre foi bloqueado? Então, como uma criança dessa, um adolescente desse, vai passar no vestibular da USP, da Unesp, da Unicamp, das universidades federais que são públicas? [...] [Ela questiona] Como é essa regra? Como que funciona? Quem que dita isso? Quem que manda nisso? Quem que fala que tem que ser assim? Por que que tem que ser assim? [09 janeiro de 2013].

A conversa é finalizada com Zica respondendo à pergunta da pesquisadora sobre a escola que ela desejava para o seu filho: *“Eu quero uma educação justa. Ele vai para a escola pública? Vai. Ele vai fazer toda a educação na escola pública? Vai! Eu quero que ele tenha a vaga dele na USP, na Unicamp, na Unesp; se ele quiser, eu quero”*.

De acordo com Saviani (2008), o saber que diretamente interessaria à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Para ele, “a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão” (Saviani, 2008: 15). Dessa forma, a primeira exigência do saber elaborado inclui: ler e escrever, contar e conhecer os rudimentos das ciências da natureza e social. A educação supõe a constituição dos conhecimentos das “ideias, atitudes, conceitos, valores, hábitos e símbolos sob aspectos de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular e intencionalmente, através das relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens” (Saviani, 2008: 22). Sendo assim, quais conhecimentos estão sendo produzidos às populações alijadas da cultura letrada? Esses conhecimentos poderão contribuir para combater e desarmar a dominação e alienação impostas sistematicamente na Educação destinada à população quilombola?

Considerações finais

Apesar dos visíveis avanços em relação à criação de amparo legal, à aplicação de medidas oficiais e à adoção de políticas públicas específicas, alguns estudos comprovam que, no ambiente escolar de instituições públicas e privadas, a temática das relações raciais no Brasil está calcada sobre práticas educativas racistas e discriminatórias³⁰. Pesquisas recentes indicam que a implementação das Leis de nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ainda é uma questão a ser resolvida³¹.

Nos estudos sobre a participação da pessoa negra e da branca na escola, a antropóloga Nilma Lino Gomes (2012) afirma que o racismo e a discriminação são causas que fundamentam a desigualdade racial, porém, não são as únicas, acompanham o alto nível de desigualdade regional (as regiões mais ricas do Brasil Meridional têm apresentado maior porcentagem de pessoas brancas que as regiões do Brasil Setentrional). “Portanto, as políticas específicas para a população negra precisam caminhar junto com as políticas que visem corrigir também as profundas desigualdades regionais do País” (Gomes, 2012: 20).

Portanto, ao dialogarmos com o Parecer CNE/CEB Nº: 16/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (CNE, 2012) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, assumimos que a educação escolar, além de um direito social, deveria ser um espaço institucional e sociocultural responsável pelo ensino e aprendizagem dos conhecimentos e da cultura produzida historicamente pela humanidade, sendo esse processo fundamental para o desenvolvimento humano individual e coletivo. As instituições formadoras dos profissionais da educação devem, portanto, considerar as reivindicações históricas dos movimentos sociais: negro e quilombola - para seu acesso à educação escolarizada e a garantia da sua qualidade.

Com que clareza os narradores denunciam as desigualdades! Faltam condições materiais para a permanência na escola, que não é de qualidade para todos. É, no mínimo, ingenuidade separar a formação escolar das crianças da economia, do trabalho, da infraestrutura, dos modos de vida das famílias e da função do Estado.

³⁰ Sobre a relação entre questões raciais e educação, cf.: Cavalleiro (2000).

³¹ Sobre a avaliação da implementação da Lei 10.639/2013 nas instituições de ensino público, cf. Gomes (2012).

Milton Santos (2007: 59) ensina que, pelo jogo do mercado, o “espaço vivido consagra desigualdades e injustiças”. Alerta que, quando se observa o mapa de nosso país, ficam evidentes áreas vazias “de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual”.

Observamos que, na década de 1970, a institucionalização da escola no quilombo com profissionais especializados era valorizada na mesma proporção que o trabalho na agricultura. Conta-nos Zica que seus pais falavam sobre a importância do conhecimento da agricultura, mas também dá indícios de que os conhecimentos sistematizados apreendidos na escola poderiam se constituir como possibilidade de desenvolvimento individual e coletivo.

A escola para essa geração foi recebida como possibilidade de outras aprendizagens concernentes ao saber escolar. As famílias quilombolas entendem que, quando o ensino escolar, a leitura e a escrita chegam à comunidade, devem estar imbuídos de seu papel de transmissão dos conhecimentos sistematizados, para conceber o conhecimento por meio da ciência, que está ligada às demandas sociais, à vida, à atividade de cada homem.

A cada questão apontada sobre a escolarização das crianças quilombolas há várias demandas de investimento às comunidades quilombolas para a efetivação da qualidade de ensino, acesso à saúde, saneamento básico, moradia, trabalho e renda. Ao mesmo tempo em que o quilombo é lugar da fatura, configura-se como o espaço da marginalização. Todas essas questões anunciadas e denunciadas pelos narradores mirins, jovens, adultos e velhos nos remetem a pensar em mais uma construção coletiva dos movimentos sociais para o pleno desenvolvimento das famílias quilombolas.

Entende-se que a escola quilombola precisa ser lugar de efetivação e reconhecimento dos saberes tradicionais em diálogo com os saberes das demais disciplinas e conteúdos escolares – algo que Hampaté Bâ sempre enfatizou sobre a tradição oral em sua capacidade de se comunicar com o tempo presente –, sendo esses saberes ressignificados a partir da realidade vivida por cada membro da comunidade escolar. A escola almejada pelos quilombolas visa à preservação da sua identidade e a capacitação para participação qualitativa na vida fora do quilombo como cidadão crítico, capaz de contribuir para a sociedade sem ter que negar o seu lugar de origem, local em que são cultivadas as suas histórias a partir da preservação da memória

coletiva. Munanga (2009: 35) nos diz que “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”. Portanto, a educação desenvolvida na realidade das comunidades quilombolas precisa dialogar com os saberes oriundos da oralidade, das culturas aí existentes, sem deixar de transmitir com qualidade e sentido os conteúdos já existentes na escola. No entanto, o maior desafio será o de confluir de modo dialógico estes saberes propondo que o próprio conteúdo escolar seja então pensado a partir desta convergência. As narrativas e saberes revelados pelos quilombolas remetem a uma gama de saberes que precisam ser compreendidos no universo da educação, pois conduzem a uma perspectiva de entendimento do ser no mundo, capaz de fazer rever sentidos e perspectivas, na qual a ideia da individualidade e da competição passam a ser desconstruídas em favor de uma proposta de vida coletiva, compartilhada e que pode proporcionar uma sustentabilidade que respeite o meio. São esses valores que se tornam marcantes quando se compreende o valor da tradição oral expressa nas culturas afro-brasileiras e na realidade quilombola.

Referências Bibliográficas

AMÉRICO, Márcia Cristina. *Quilombo Ivaporunduva: evolução histórica e organização territorial e social*. 2010. 196 p. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Piracicaba, 2010.

AMÉRICO, Márcia Cristina. *Práticas coletivas na constituição da vida quilombola: história da comunidade tradicional de Ivaporunduva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. *Ivaporunduva e Macuanda: Estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade*. 2015. 323 f. Tese (Doutorado) Educação – Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), 2015.

BARBOZA, Guilherme dos Santos e Equipe. Projeto 001/92 “Projeto de estudo e definição técnico-científico das organizações comunitárias remanescentes de quilombos, no Vale do Ribeira, São Paulo”. Financiador: Mitra Diocesana de Registro, São Paulo, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Maria Angélica. Estado da arte acerca das escolas multisseriadas. *Revista HISTEDBR On-line*. Número especial, p. 174-193, mai.2010. Campinas.

CAVALLEIRO, Eliane S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução no. 08/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília: CNE, 2012

CUNHA JÚNIOR, Henrique A. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA JUNIOR, Henrique A.; RAMOS, Maria Estela R. (org.). *Espaço e afrodescendência urbano: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas*. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 62-87.

FONSECA, Dagoberto José. A presença-ausência afro-brasileira: escola e livro didático. In: SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano. (org.). *Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber*. São Paulo: Atabaque – Cultura negra e teologia, 1998.

GOMES, Nilma Lino. *As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas*. In: GOMES, Nilma Lino (org.) *Práticas Pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03*. 1. ed. Brasília: MEC; UNESCO. 2012, p. 19.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, A. de. *Educação e mudança social*. In: MAZRUI, Ali A. *História Geral da África VIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

HAMPATÉ BÂ, A. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. *História Geral da África I, Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. p. 167-212.

_____. *Amkoullel, o menino fula*. Trad. Xina Smith Vasconcellos. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena, 2003.

KI ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LUIZ, Viviane. *O Quilombo Ivaporunduva a partir do enunciado de suas crianças: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Piracicaba, 2012.

LUIZ, Viviane Marinho. *O Quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*, 2. ed. Brasília: IPEA, 2008.

PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio de. *Educação e oralidade no oeste africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2014.

PERRUSO, Marco Antonio. Pedagogia freireana e marxista: a formação política na Via Campesina Brasil. In: *Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ. 28 nov. 01 dez. 2011. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP MARX). Disponível em

<[HTTP://www.uff.br/niepmarxmarxisno/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC473.pdf](http://www.uff.br/niepmarxmarxisno/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC473.pdf)>. Acesso em 16 mai. 2014.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 163-198.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia Histórica-Crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SCHMIDT, Maria L.; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. In: *Psicologia USP*, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

SOUZA, Bárbara Oliveira. *Aquilombar-se: Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2008. 177 p.

SOUZA JUNIOR, V.C. (org.). *Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber*. São Paulo: Atabaque – Cultura negra e teologia, 1998.

_____. Sujeitos e saberes da educação quilombola (Unidade 4). In: MORAES, Mara Sueli Simão; MARANHE, Elisandra André (Orgs.). *Educação para populações específicas*. v. 3. São Paulo: 2009. p. 119-141. (Coleção UNESP-SECAD-UAB).

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. Capítulo 7 – p. 139-167.